

Angelica Adverse
Doutora em Artes
Visuais pela Escola
de Belas Artes
da Universidade
Federal de Minas
Gerais (UFMG) com
estágio de pesquisa
(doutorado sanduíche)
pela Universidade
Paris I - Sorbonne
(2016). Residente
em estágio de Pós-
doutorado pelo
Programa de Pós-
Graduação em História
da Universidade
Federal de Minas
Gerais (2018-2020).
Mestrado em
Artes Visuais (EBA/
UFMG/2011). Bacharel
em Desenho (EBA/
UFMG). Especialista
em Filosofia pela
Faculdade de
Filosofia e Ciências
(UFMG/2000).
Professora Adjunta
da (EBA/UFMG).
No âmbito da arte,
desenvolve trabalhos
propondo diálogos
transdisciplinares
por meio de livros
de artista, vestuário,
têxteis, desenho,
aquarela e fotografia.
<https://orcid.org/0000-0002-8938-8819>,
adverseangelica@
gmail.com

O espelho perdeu suas ilusões ou foi o mundo que deixou de ser opaco?

Has the mirror lost its power of illusion or has the world itself stopped being opaque?

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão a respeito da autopercepção, elegendo a imagem especular como orientação para se pensar cultura e identidade. Busca-se observar o caráter alegórico das narrativas artísticas sobre a alteridade e diferença afim de observar as tensões delineiam o sentido de origem, outridade e opacidade. Desenha-se, aqui, uma possibilidade de pensarmos como as imagens da arte podem discutir a construção da identidade, escapando às ideologias.

Palavras-chave: Espelho; Imagem; Origem; Outridade; Opacidade.

Abstract: This article presents a reflection on self-perception using the specular image as the basis for thinking about culture and identity. The allegorical character of artistic narratives about otherness and difference is examined in order to illuminate the tensions behind the meanings of origin, otherness and opacity. The essay aims to show a possible way of addressing how images in art allow us to discuss the construction of identity, going beyond ideologies.

Keywords: Mirror; Image; Origin; Otherness; Opacity.

Um dos grandes mistérios da humanidade é de poder se ver dentro do espelho. Eu acredito que um animal não vê o seu reflexo, ele não tem consciência. Enquanto eu sei que sou eu, e creio que é muito importante (...) é uma particularidade da visão, de poder fechar os olhos e imaginar a si mesmo, sabendo que de olhos fechados, depois de os abrir, de cruzar um espelho e saber que somos nós mesmos e não uma perversão, o que poderia ser o caso.

Carlos Fuentes

Ver-se no espelho

Sim, ver-se no espelho é um mistério e, em particular, se reconhecer como ser, sujeito, pessoa. O olhar que une este entendimento pode ser, igualmente, o que os separa. Enxergar é um gesto corporal que decorre de operações sensíveis e humanizantes. Reconhecer-se é experimentar o que se pode denominar de condição humana. A visibilidade, a aparência e a aparição são experiências que consolidam as ações que tecem entendimentos sobre o sujeito e sobre o outro na vida social. A presença da nossa própria imagem enquanto um ser, uma pessoa ou um indivíduo nos dá a capacidade de reconhecer outridades dentro das mesmas condições, apesar das diferenças que pontuam cada uma delas em categorias antropológicas ou filosóficas. Explica-nos Gaille (2016) que existir como ser não seria suficiente para nos reconhecermos enquanto pessoas. Isso porque a identidade pessoal estaria vinculada a certas de nossas faculdades, em particular à memória e à consciência de si, que indicaria uma humanidade compartilhada. Para Gaille, aquele que afirma não ser ninguém, revela indiretamente que, não se sente reconhecido e estimado pelos outros. Pessoa vem da etimologia de persona, que no grego, apresenta a ideia de máscara, face e rosto. Ser uma pessoa significaria nascer enquanto imagem, uma imagem semelhante enquanto ser humano e diferente

enquanto pessoa. A máscara, a face e o rosto são fundamentais para transitarmos da pessoa ao sujeito enquanto um modelo de alteridade.

A visibilidade manifestaria o estatuto da individualidade na cultura enquanto uma propriedade demarcativa da singularidade do sujeito. O que significa que, ser uma pessoa, requer algumas formas e atributos da existência humana. A existência depende dos reconhecimentos de alguns atributos da aparência e os atributos da aparência dependem da construção de uma ética da visibilidade porque ela alicerçaria o nosso direito à humanidade. O efeito de presença reforça não somente o reconhecimento público do indivíduo, ele assegura a condição para que a sua presença e aparição no espaço político produzam a sua humanidade como valor. Este efeito referencial da imagem-pessoa desperta tanto a noção de subjetividade quanto a ideia de alteridade social na consciência coletiva das sociedades democráticas.

Para Heinich (2012), a visibilidade da aparição pública mobiliza a operação básica de identificação e reconhecimento, elaborando a identidade social. Devemos compreender que para sermos pessoas é necessário que algumas operações simbólicas de separação e distância, propiciando que o outro desencadeie o processo perceptivo relacionada à diferença. Ser reconhecido como pessoa em uma sociedade exige que uma percepção cognitiva seja elaborada a partir de signos relacionados à esfera dos direitos humanos, a identificação dos papéis sociais e à produção de propriedades estéticas que tornam possível a transfiguração do ser em imagem-pessoa. Questão que se alinha ao sentido de “pessoa” para Hobbes (2020), pois ela estaria intrinsecamente ligada ao conceito de representação, essencial para sua teoria política. Hobbes distingue entre a pessoa natural, que age e fala por si mesma, e a pessoa artificial, que representa os interesses

de outros, como no caso do soberano ou do Estado. Essa concepção de pessoa, sobretudo no que tange à pessoa artificial, é fundamental para a compreensão do contrato social hobbesiano, no qual os indivíduos delegam sua autonomia a uma autoridade que, ao agir como representante coletivo, garante a segurança e a ordem social.

O sentido de pessoa, para Hobbes, só é produzido quando somos capazes de transcender o significado do sujeito enquanto mero indivíduo no espaço social, construindo um contrato para regular a liberdade em troca da segurança de alguns direitos essenciais à condição humana. A configuração do estatuto de pessoa no imaginário social adquire um papel central na organização política e jurídica da sociedade, na medida em que, ela exige o reconhecimento de todos os direitos que lhe garantam compartilhar daquilo que se reconhece como humanidade. Por este motivo, Hobbes diferencia o sentido de pessoa natural e de pessoa artificial: na condição natural as pessoas estariam voltadas aos seus próprios interesses e às paixões; na condição artificial elas estariam vinculadas por um contrato social, encarnando um corpo coletivo representado por um ideal de vida em comum e soberano aos interesses particulares.

Para Honneth (2000) a consciência do corpo coletivo se estabelece práticas intersubjetivas de reconhecimento mútuo, constituindo as identidades pessoais. Pois o sujeito é aquele que possui a consciência reflexiva de si enquanto portador de uma máscara, de uma face e de um rosto. Temos na cultura ocidental diversos mitos originários para pensarmos a constituição do ser em pessoa e da pessoa em sujeito. Eros, Narciso e Górgona figuram a inscrição da relação de alteridade na instância da consciência reflexiva sendo ela a responsável por estrutura a condição humana como existencial. Ser uma pessoa requer

ser reconhecida e enxergada dentro de um conjunto de caracteres: face, corpo, gesto, aparência, aparição, pensamento, linguagem e ação. Então, para sermos uma pessoa temos de ser reconhecidos pelos elementos distintivos que nos categoriza enquanto a imagem humana. Identificar o outro requer que reconheçamos a sua diferença, diferença esta que conduz a identificação do ethos, ou seja, dos traços, das formas e de gestos que lhes são únicos.

A definição de ethos em Foucault (2006) está relacionada ao modo como os indivíduos se constituem enquanto sujeitos morais a partir de práticas de si. Para Foucault, o ethos não se refere apenas a uma disposição ou caráter moral estático, mas a um conjunto de atitudes e práticas reflexivas que visam à formação de um estilo de vida ético. Essa concepção está profundamente enraizada na ideia de que o sujeito se constitui através de um processo contínuo de autovigilância, transformação e resistência às normas impostas. O ethos, portanto, abrange a maneira como o indivíduo molda sua conduta, não apenas em conformidade com regras externas, mas como parte de um trabalho sobre si mesmo, onde a liberdade é exercida na criação de uma vida estética e ética. A identificação da pessoa, do sujeito e do indivíduo exige processos que implicam no reconhecimento do direito, da liberdade e dos exercícios críticos que contribuem para a modelagem e elaboração tanto de si mesmo quanto do outro. Pois o trabalho sobre si seria, igualmente, o exercício de uma condição política para se afirmar o problema ético da liberdade. A liberdade e a ética contribuiriam para se problematizar um modo de ser tornado visível ao outro. O que implicaria num cuidado contínuo consigo e com outro para afirmar o reconhecimento das relações individuais e do sujeito em sua forma individualizada. Trata-se da percepção do sujeito politicamente

ativo em sua relação com o outro, delimitando os jogos estratégicos da liberdade para a produção da governamentalidade. Foucault (1991, p. 728), define como governamentalidade um conjunto de práticas pelas quais nós podemos definir, organizar, instrumentalizar, as estratégias individuais dentro do espectro da liberdade, para que, finalmente, nós possamos construir um olhar sobre o outro. Logo, o olhar que lançamos sobre nós mesmos delimita a relação ética que estabelecemos com a liberdade, repousando a partir da percepção de si, uma relação da liberdade com o outro.

Em Glissant (2021, p. 77) o ato de individuação manifestaria a opacidade ameaçadora do outro, pois a imagem do sujeito abarcaria segundo Glissant, o reconhecimento de um horizonte impenetrável e furtivo relacionado à produção do imaginário do diverso. O encontro com o outro ativaria o conhecimento que, do ponto de vista das relações com o outro, sempre há uma opacidade. A opacidade diria respeito a experiência da liberdade de sentir o choque do alhures a fim de se projetar uma perspectiva frente ao desconhecido, jogando assim com o reconhecimento das diferenças e, simultaneamente, com o mistério de uma individualidade errante e impenetrável. Diferentemente de Foucault (1994) que tenta compreender os dispositivos de poder que produzem os modos de subjetividade, Glissant reconhece a opacidade como o horizonte de fuga das relações interpessoais, culturais e políticas. Esta opacidade revelaria os abismos que circundam as relações sociais representando a geografia abissal como uma alegoria das experiências incomunicáveis entre o sujeito e o outro. Para Glissant, o abismo estaria nos meandros das relações da busca pela liberdade, para ele ao longo da história, o sentido pleno da experiência da modernidade foi realizar um trabalho cultural para identificar os abismos que separavam e impediam

o contato entre as diferenças e, para a partir desse reconhecimento, se transformarem mutuamente.

A construção da autoimagem possibilita que reconheçamos em nós mesmos uma poética das profundezas e pela identificação desse abismo interior, imaginar a profundidade das nossas raízes como uma possibilidade para constituirmos os rizomas. Somente assim, pela ativação do devir-raiz, nós poderemos estudar os movimentos de descoberta da colonização do mundo. O que estaria ameaçado no mundo, segundo Glissant (2021, p.81), não seria apenas a legitimidade das culturas (a vivacidade dos povos), mas também as suas relações de equivalência: “uma épica e uma tragédia modernas propoiam juntar as especificidades das nações, a opacidade consentida – mas não mais como em si – de cada cultura, e ao mesmo tempo imaginara transparências das relações. Imaginar.”

Retomamos esta questão para pensarmos a possibilidade da construção de uma estética da opacidade nas artes visuais que nos permita examinar a representação dialética das inter-relações. Pois a representação da identidade não implica apenas em representar a transparência da raiz, mas os abismos da sua profundidade. A representação identitária não implica apenas na transcendência legitimadora da transparência, mas essencialmente no questionamento do idêntico no campo da identidade. Pois a identidade não é a repetição ou a banalização dos padrões, ela se refaz no emaranhado das raízes do mundo-todo, pelo entrelaçamento das singularidades que conduzem à poética do diverso (Glissant, 2024, p.70). A partir desse jogo de relações, se erige um sentimento de desrealização da autoimagem cultural. Numa época em que mito e história se entrelaçam, torna-se essencial dilatar a transparência das ideologias para que possamos abrir o livro do mundo dentro de nós mesmos.

Dentre as inúmeras narrativas da História do Brasil colonial, a mais comum refere-se ao escambo realizado pelos europeus. No que concerne astrocas, difundiu-se a ideia de que as comunidades indígenas trocavam espelhos por ouro. Ora, dentro das mitologias coloniais talvez esta seja a mais perversa. Independentemente do valor simbólico dos nossos recursos naturais, figura no seio desta narrativa, a ideia da consciência do fora. Por séculos, a história da invasão europeia em terras brasileiras descreveu como as comunidades indígenas trocavam o que possuíam de mais valioso para participar desta “experiência do espelho”. Diante de tantas exclusões e violências inferidas no processo de fabricação da nossa história podemos destacar mais uma: a ideia de que as comunidades ameríndias não possuíam uma percepção estética do sensível.

Do ponto de vista ético, esta narrativa mítica exclui dos indígenas a experiência de não ser educado pelo sensível, retirando-lhes as competências estéticas que poderiam fundamentar os saberes sensíveis. Ademais, o caráter representacional extremamente potente nas comunidades indígenas também foi desconsiderado. A hipótese comumente formulada baseava-se na ideia de que os povos ameríndios não haviam desenvolvido uma percepção sensorial. Tendo em vista que a imagem de si teria uma importante função na noção da liberdade e governamentalidade, por este motivo, este mito destitui a ideia de que os indígenas não teriam a capacidade de se reconhecerem como comunidade. Tendo em vista que, do ponto de vista estético-político, a imagem da pessoa revela um desenvolvimento sensorial capaz de atrelar o percepto àquele que percebe. Desta maneira, denota-se aos grupos indígenas a impossibilidade de um conhecimento sensível sobre a co-presença e co-existência. No entanto, a produção estética indígena nos apresenta exatamente o avesso desse mito porque os objetos, os adornos e as pinturas corporais são os índices sensíveis

da capacidade de sensificação do espírito. Neste caso o ser-em-comum como uma vivência da comparação relatado por Nancy (2016) desaparece na impossibilidade da construção identitária.

Se pensarmos na formação de comunidades originárias, nos lembraremos de que a constituição das escolas, em particular das comunidades do deserto, compreendia que os olhos seriam o primeiro espelho para enxergar a si mesmo. Para a sabedoria tradicional, por intermédio das pupilas, nós poderíamos reconhecer as diferenças e as semelhanças daquilo que poderia haver em comum entre aquele que olha com aquele que é observado. Esta noção é encontrada em Platão (2002) ao analisar a condição ética e política, elementos que ordenariam a noção de existência do sujeito. Olhar seria uma forma de atenção que forneceria ao sujeito tanto o cuidado de si como a capacidade de governamentalidade. Por isso, reforço a tese de que uma outra forma de colonização permeou por séculos esta narrativa histórica.

Ver-se no espelho significa igualmente ser capaz de compreender a experiência da transcendência como um tipo de oposição. E, para além de pensarmos do ser focado em si mesmo, olhar-se no espelho figura a capacidade que temos de exceder a subjetividade, para pôr fim, sermos capazes de compreender a infinitude de cada pessoa. O trabalho de Laryssa Machada Ouro por Espelho é o entendimento que a experiência do espelho propõe: ser um dentro-fora (Figura 1). Este seria o sentido que a pessoa em singularidade revelaria enquanto corpo em coexistência com outros seres, pessoas, sujeitos e indivíduos. Através do espelho e em uma dinâmica expansiva, a imagem contribui para a elaboração de uma “humanidade por vir”. É na ação temporal que a duração de se ver e de ser visto estrutura um tipo de singularidade-

plural. Pois não se pode haver um ser singular sem uma comunidade plural. A realidade humana depende da formação de um conhecimento do comum para que a experiência interior do sujeito pode ser externalizada na comunidade em que vive. Assim, a consciência da aparição é uma forma de comunicação da aparência a partir do qual uma individualidade é produzida.



Figura 1. *Ouro por Espelho*, Laryssa Machada, Fotoperformance, 2019. Fonte: <https://cargocollective.com/laryssamachada>

É nesse sentido que para haver comunidade é necessário que saibamos vivenciar a experiência do espelho como um princípio ético-estético. Ser capaz de reconhecer-se como sujeito potencializa o entendimento de que somos seres relacionais e que sob esta condição, nós experienciamos a consciência do mundo exterior. Ver e ser visto é genuinamente partilhar presenças e quando reivindicamos “representação”, nós estamos dizendo que necessitamos desenvolver dispositivos sensíveis para que nos tornemos pessoas públicas. A representação nada mais é que supor o reconhecimento do outro em si mesmo. Isso significa que temos a capacidade de reconhecermos a semelhança pela dissemelhança. Este outro exterior a mim revela que somos capazes partilhar o conhecimento da estranheza e a partir dele transfigurar o comum em nós fundando uma relação com o Outro a partir da nossa própria imagem.

A imprevista lição da opacidade

Em nossa epígrafe, retomamos uma citação de Fuentes (1999), para pensar alegoricamente a poética da relação e os encontros dinâmicos que atrevessem as singularidades pela exigência de uma transparência radical. Experiência que o outro aos estereótipos e à imposição de categorizações classificadoras e qualificadoras. A lição imprevista da opacidade afirmaria o direito à incompreensibilidade como uma ação da liberdade ética para reconfigurar as identidades fronteiriças. No romance de Fuentes, a opacidade, conforme articulada por Glissant (2021), encontra uma ressonância na representação das complexas identidades e relações culturais entre o México e os Estados Unidos. A "fronteira" do título, metaforicamente uma "fronteira de cristal", sugere uma divisão translúcida, mas que nunca pode ser completamente atravessada ou compreendida em sua totalidade.

Assim como Glissant propõe a opacidade como o direito de ser incompreensível e irreduzível ao outro, Fuentes constrói personagens que vivem na intersecção entre culturas, mas cuja totalidade de experiências, subjetividades e histórias permanece enigmática. A opacidade, nesse contexto, desafia a leitura simplificadora das identidades fronteiriças e inscreve a narrativa dentro de um espaço onde a alteridade não pode ser totalmente decifrada, preservando a autonomia e a complexidade de cada indivíduo diante de uma tentativa de assimilação ou compreensão superficial. A origem torna-se, portanto, uma espécie de médium a partir do qual a essência não se fixa ou se cristaliza no tempo. Tal como examinou Benjamin (2011, p.34), apesar de ser uma categoria histórica, a origem não está ligada à gênese, ela emerge do processo do devir, do vir a ser e do desaparecer.

A origem, segundo Benjamin, é algo que constantemente se refaz e se transforma. Ela não é um começo cronológico ou uma criação única, mas uma força que se revela ao longo do tempo. A a origem é algo que se manifesta na história como uma série de crises e interrupções. Benjamin argumenta que a origem está "em fluxo", em constante movimento e resignificação. Nesse sentido, a origem é mais um processo dialético de tensão e mudança do que um estado fixado pelo acontecimento. Essa visão crítica de Benjamin desafia interpretações tradicionais de "origem" como algo definitivo ou essencial, destacando a natureza espiralar de todos os fenômenos históricos. A transparência e a opacidade são os elementos que constituem a origem porque preservam os mecanismos de produção de sentido da memória e, ao mesmo tempo, em que a transfigura. Quando Fuentes (1999) analisa a tênue linha da transformação do vidro em espelho, utilizando a imagem especular provocada pela transparência, ele revela como a fronteira entre a cultura

mexicana e a cultura americana pode configurar a perda da memória como alusão às relações de força que tensionam as divergências culturais entre os dois países. A concepção de uma fronteira de vidro torna-se o objeto para observar a visão sobre o sistema das diferenças que define as particularidades identitárias. À maneira de Benjamin (1994, p.118), podemos dizer que o vidro impediria a fixidez da memória, problematizando a emergência de uma barbárie que silencia as vozes do passado. Seguindo o sentido benjaminiano, poderíamos pensar o espelho como uma alegoria da essência diáfana transfigurando as coisas, os corpos e o espaço da cidade. Daí, vale a pergunta a partir da citação de Eluard no livro *Escrituras de Ernst* (1982, p.26): o espelho perdeu suas ilusões ou foi o mundo que deixou de ser opaco?



Figura 2. *Sala de Espelhos*, Antônio Obá, instalação, 2017. Fonte: <https://mendeswooddm.com/pt/artist/antonio-oba>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Intentamos problematizar como o fascínio exercido pela transparência revela-se como uma tendência psicossocial, fazendo-nos perceber que, a transparência-opaca seria um signo da perda da memória e da consciência cultural. Neste cenário, o dentro e o fora são confundidos, gerando o colapso da importância primordial do reflexo. Reflexões que nos leva a pensar a instalação intitulada *Sala de Espelhos* produzida por Antônio Obá (Figura 2). Neste trabalho, encontramos uma alusão à problematização da identidade nacional. A opacidade dos espelhos desvela a perda dos elementos identificadores e constitutivos da visibilidade cultural, pois o outro não nos é revelado pela transparência. Este jogo de aproximação e de distância explicita o declínio da produção de sentidos realizados pela memória. A opacidade do espelho revela o abismo e a profundidade do esquecimento. Nesta transição, a opacidade do espelho representaria a face opaca que torna obscura a nossa própria realidade. O que se confunde nesta dinâmica de transparência-opacidade é a perda de um tipo de subjetivação consciente produzida pela imagem refletida pelo espelho.

Mondzain (2015), denomina esta operação como retração, ela nos explica que é a capacidade de identificar as ausências e as dessemelhanças como uma relação de alteridade. O nascimento da imagem como operação de retração é, segundo a autora, a inscrição do próprio corpo como uma matéria visível da separação, da perda e da ausência.

Estes gestos são os atos decisivos para indicar a capacidade fundadora da imaginação, pois é necessário que a partir do distanciamento de si e da capacidade de retração a gente possa produzir uma imagem dissemelhante.

Recorre disto à imanência de um corpo-a-corpo que produz

imagens a partir de si mesmo mantendo a distância necessária para a figuração do outro. E é, por intermédio desta reflexão, que o sentido pleno da relação entre a nossa imagem e a imagem do outro, nos ensina algo sobre a exterioridade radical. Radicalidade que consiste em enxergar o desaparecimento das coisas no ato da experiência especular. O esquecimento seria a condição de uma nova aparição fenomenal: a duplicidade originária. Pela duplicidade originária, a origem fabulada a identidade com o objetivo de adentrar à ficção. Nesta perspectiva, o poder da comoção imaginária do mito transfigura os lugares, os espaços e as cronologias, sendo impossível pela perda da memória, fabular outras narrativas da História.

Kilomba (2020) define este processo abissal como um tipo de silenciamento das vozes subalternas. Ela afirma que as histórias das pessoas negras e colonizadas foram frequentemente contadas a partir da perspectiva europeia, de modo que o sujeito colonizado é relegado à posição de objeto, sem voz própria. A impossibilidade de reflexão dos espelhos, explicita como o apagamento histórico está intimamente ligado à memória colonial. As potências coloniais não apenas subjugaram e exploraram os povos colonizados, mas também tentaram apagar a história dessas populações, negando suas culturas, línguas e identidades. Ela argumenta que há um "esquecimento intencional" dos traumas e das violências do colonialismo, o que impede que essas histórias sejam plenamente reconhecidas e integradas na narrativa histórica global. Assim, é a partir da construção da pessoa-imagem que podemos nos tornar sujeitos históricos, somos pessoas quando somos vistos, ouvidos, lidos e amados. Para que nos tornemos sujeitos é necessário que possamos ocupar espaços em que a produção cognitiva permeie todas as instâncias do sensível: a imagem, o processo perceptível de percebê-

la, a narrativa, a escrita e o pensamento. Representação é, igualmente, compor-se enquanto ser do sensível e ele é sempre algo exterior: o ser do sensível é uma imagem. O gesto de separação da origem e memória se torna responsável pela deformação da imagem de uma consciência de si. Ao propor a arte e a escrita como meios de recuperar e recontar essas histórias, Kilomba sugere uma forma de resistência ao esquecimento colonial e de reafirmação das identidades negras e subalternas. Trata-se de compreender a forma a ausência da reflexividade coexistir no limiar da imagem, para exceder a exterioridade própria à humanidade.



Figura 3. *Antes que eu me esqueça*, pintura eletrostática sobre bronze, 2013. Fonte: <http://flaviocerqueira.com/trabalhos/antes-que-eu-me-esqueça-2013/>. Acesso 30 ago. 2024.

O trabalho de Flávio Serqueira intitulado Antes que eu me esqueça (Figura 3) aborda a forma como a autoconstituição do sujeito negro é tangenciado por uma lógica do apagamento da imagem pela branquitude. Andrade (2023, p. 23) sublinha que uma das principais características do racismo é justamente retirar dos povos o direito de construir uma autoimagem legítima. Esse apagamento serve para perpetuar a exclusão de narrativas da negritude, negando a pluralidade de experiências e epistemologias. Neste caso, a imaginação é um importante elemento para construir a compreensão da consciência corporal diante do espelho. Agamben (2007) compreende a memória como um mecanismo da visão, uma espécie de “desenho interior” de uma paixão produzida na alma. A lembrança poderia, então, ser entendida como um movimento que imprime uma marca da coisa percebida, movimento compreendido como “fantasma”. Esse movimento é responsável por fomentar a fantasia, daí, a memória e a reminiscência produzem a noção da diferença, ultrapassando cognitivamente o ícone a fim de que, por intermédio de uma linguagem simbólica, seja gerado novos sentidos e significados. Neste caso, a imaginação é um importante elemento para construir a compreensão da consciência corporal diante do espelho. Para Agamben (2007, p.144), a imagem é constituída por três ordens: “a primeira é corpórea, a segunda está no senso comum e é espiritual, a terceira encontra-se na imaginação e é mais espiritual”. Portanto o olhar diante do espelho é uma virtude imaginativa que articula o gesto corporal, a consciência reflexiva e a memória.

Lembra-nos Coccia (2010, p. 25) que a imagem é o fora absoluto: “o sensível é aquilo que, sem estar privado de extensão, sem ser inextenso e incorpóreo, mantém uma relação eminentemente

acidental com a grandeza. Ora, o ser representado pela experiência do espelho demonstra que o seu reflexo é o sensível e este sensível se torna a corporeidade de uma existência. Existir como sujeito é ter a autoconsciência dos gestos humanos que nos produzem como viventes a fim de nos criamos sensivelmente. A invisibilidade e o apagamento seriam a violência da estética do silêncio. A obra Antes que eu me esqueça torna-se um manifesto visual da ausência da experiência do espelho como criação espiritual das narrativas sensíveis da pessoa-imagem. O apagamento de si seria uma desfiguração do sensível presente no imaginário social que desestrutura a capacidade autorreflexiva da imagem. Trata-se, pois, de liberar a opacidade para sensibilizar as diferentes realidades que permeiam os modos de vida e de existência, pois o páthos é revelado nas tragédias pelas imagens e não pelo vazio. Entre a transparência e a opacidade, dizia Glissant, que o ente seja a relação e seja quem permeia para que as culturas humanas se transformem ao perdurar, mudando sem se perder.

Considerações Finais

Apresentamos ao longo do artigo algumas reflexões sobre o olhar que dirigimos ao espelho como uma condição ética essencial para a constituição de si a fim que possamos nos reconhecer como pessoas, sujeitos e indivíduos. O olhar seria, portanto, o gesto corporal que inicia a consciência reflexiva a respeito da dimensão corporal da existência humana. Quando nos apropriamos dos gestos distintivamente humanos nós somos capazes de dar existência sensível ao ser e à imagem. A partir deste gesto corpóreo voltado para si mesmo, compreendemos a importância do ser enquanto imagem.

Este sensível reflexo seria, na verdade, a capacidade pensativa do olhar em enxergar uma pessoa através das suas opacidades transparentes. Pois é somente pelo espelho que podemos observar a constituição de uma autoimagem para examinar os diferentes modos de olhar e constituir um saber sensível. Através da imagem especular articulam-se ações espirituais de maneira a desenvolver diferentes pensamentos a respeito do nosso modo de presença. A origem, a identidade e a opacidade seriam os princípios polissêmicos da poética da relação, elementos responsáveis pela produção do ser-raiz. Aquele que, a partir da diversidade de seus rizomas, se afirma como um ser aberto à potencialidade da diversidade dos mundos e de todo-mundo.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estâncias**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ANDRADE, Érico. **Negritude sem identidade**. São Paulo: N-1, 2023.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COCCIA, Emanuele. **A vida sensível**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2010.

ERNST, Max. **Escrituras**. Barcelona: Polígrafa, 1982.

FUENTES, Carlos. **A fronteira de cristal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FOUCAULT, M. **Dits et écrits – 1954-1988**. V4. Paris : Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité II**. L’usage des plaisirs. Paris : Gallimard, 2006.

GAILLE, Marie. Exister comme personne. **Le Journal CNRS**. Paris: CNRS, 2016. In: <https://lejournel.cnrs.fr/billets/exister-comme-personne>. Acesso em: 30 set. 2024.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GLISSANT, Édouard. **Tratado do todo-mundo**. São Paulo: N-1 edições, 2024.

HEINICH, Nathalie. **De la visibilité**. Excellence et singularité en régime médiatique. Paris : Gallimard, 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

HONNETH, Axel. **La lutte pour la reconnaissance**. Paris : Folio, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MONDZAIN, Marie-José. **Homo spectator**. Ver, fazer, ver. Lisboa: Orfeu Negro, 2015.

NANCY, Jean-Luc. **A comunidade inoperada**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

PLATON. **La république**. Paris : Flammarion, 2002.